v7.n10.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COMUNIDADE MATÃO EM BANDEIRANTES (MS)

SOCIOECONOMIC AND PRODUCTIVE DIAGNOSIS OF FAMILY FARMING: THE CASE OF THE MATÃO COMMUNITY IN BANDEIRANTES (MS)

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÓMICO Y PRODUCTIVO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR: EL CASO DE LA COMUNIDAD MATÃO EN BANDEIRANTES (MS)

Nadine Vogel[1], José Antônio Maior Bono[2], Alessandro Marco Rosini[3], Victória Matias Souza da Cunha[4], Marcio Homem da Silva Rizzon[5]

e7109283
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i10.9283

PUBLICADO 10.2026

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo diagnosticar as características socioeconômicas, a infraestrutura básica, o uso do solo e as dinâmicas produtivas da comunidade Matão, localizada em Bandeirantes (MS). A pesquisa adotou abordagem quantitativa e qualitativa por meio da aplicação de questionários estruturados aos responsáveis pelas unidades familiares. Os resultados indicaram predomínio de gestores do gênero masculino (79,2%) e famílias com dependentes em mais de 80% dos lares. O nível de escolaridade revelou-se expressivo para o meio rural, concentrando-se no ensino médio completo ou incompleto (54,2%) e ausência de analfabetismo estrito. Quanto às condições de moradia, 92% das habitações são de alvenaria ou mistas, viabilizadas majoritariamente com recursos próprios (43%). No entanto, identificaram-se graves vulnerabilidades em infraestrutura básica: 83% das propriedades utilizam fossas sépticas rudimentares e 92% enfrentam escassez de água frequente ou esporádica. A exploração da terra é hegemonizada por pastagens (> 5,0 ha/lote), consolidando a bovinocultura (leite e carne) como a principal atividade geradora de renda comercial, enquanto mandioca e milho sustentam a segurança alimentar da família. A renda média mensal situou-se entre R$ 3.000,00 e R$ 5.000,00, apoiada fortemente na comercialização agropecuária e na pluriatividade (aposentadorias e serviços externos). A comercialização demonstrou elevada dependência de agroindústrias e intermediários ("atravessadores"), com quase nula inserção em mercados institucionais (PAA/PNAE). Conclui-se que a consolidação da comunidade requer intervenções urgentes em saneamento e abastecimento hídrico, além do fomento ao associativismo e fortalecimento de canais curtos de comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Assentamento rural. Infraestrutura hídrica. Comercialização agrícola. Saneamento básico.

ABSTRACT

This study aimed to diagnose the socioeconomic characteristics, basic infrastructure, land use, and productive dynamics of the Matão community, located in Bandeirantes, Mato Grosso do Sul, Brazil.

[1] Professora da área de Educação e Mestra em Agronegócio Sustentável pela Universidade Anhanguera – Uniderp.
[2] Professor do Programa Stricto Sensu em Agronegócio Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera – Uniderp.
[3] Professor do Programa Stricto Sensu em Agronegócio Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera – Uniderp.
[4] Engenheira Ambiental e mestranda no Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera – Uniderp.
[5] Engenheiro Agrônomo, doutorando no Programa em Agronegócio Sustentável da Universidade Anhanguera – Uniderp.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

The research adopted a quantitative and qualitative approach through structured questionnaires administered to household heads. Results showed a predominance of male managers (79.2%) and families with dependents in over 80% of households. Educational attainment was relatively high for rural standards, concentrated in complete or incomplete secondary education (54.2%), with an absence of absolute illiteracy. Regarding housing, 92% of residences are made of masonry or mixed materials, mostly financed through private resources (43%). However, severe vulnerabilities were identified in basic infrastructure: 83% of properties rely on rudimentary septic tanks and 92% report frequent or occasional water scarcity. Land use is dominated by pastures (> 5.0 ha/lot), establishing cattle farming (dairy and beef) as the primary revenue-generating activity, while cassava and maize ensure household food security. Average monthly family income ranged from R$ 3,000.00 to R$ 5,000.00, supported by agricultural sales and pluriactivity (pensions and off-farm labor). Commercialization revealed high dependency on agro-industries and middleman traders, with negligible participation in institutional markets (PAA/PNAE). In conclusion, the sustainable consolidation of the community requires urgent public interventions in sanitation and water supply networks, as well as the promotion of collective organization and short marketing circuits.

KEYWORDS: *Family farming. Rural settlement. Water infrastructure. Agricultural marketing. Basic sanitation.*

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo diagnosticar las características socioeconómicas, la infraestructura básica, el uso del suelo y las dinámicas productivas de la comunidad Matão, ubicada en Bandeirantes (MS). La investigación adoptó un enfoque cuantitativo y cualitativo mediante la aplicación de cuestionarios estructurados a los responsables de las unidades familiares. Los resultados indicaron un predominio de gestores de género masculino (79,2%) y familias con dependientes en más del 80% de los hogares. El nivel de escolaridad resultó expresivo para el entorno rural, concentrándose en educación secundaria completa o incompleta (54,2%) y con ausencia de analfabetismo estricto. En cuanto a las condiciones de vivienda, el 92% de las viviendas son de mampostería o mixtas, costeadas mayoritariamente con recursos propios (43%). Sin embargo, se identificaron graves vulnerabilidades en infraestructura básica: el 83% de las propiedades utiliza fosas sépticas rudimentarias y el 92% enfrenta escasez de agua frecuente o esporádica. La explotación de la tierra está hegemonizada por pastizales (> 5,0 ha/lote), lo que consolida la ganadería bovina (leche y carne) como la principal actividad generadora de ingresos comerciales, mientras que la mandioca (yuca) y el maíz sustentan la seguridad alimentaria familiar. El ingreso mensual promedio se situó entre R$ 3.000,00 y R$ 5.000,00, fuertemente respaldado por la comercialización agropecuaria y la pluriactividad (jubilaciones y servicios externos). La comercialización demostró una alta dependencia de agroindustrias e intermediarios, con una inserción casi nula en mercados institucionales. Se concluye que la consolidación de la comunidad requiere intervenciones urgentes en saneamiento y abastecimiento hídrico, además del fomento del asociativismo y el fortalecimiento de circuitos cortos de comercialización.

PALABRAS CLAVE: *Agricultura familiar. Asentamiento rural. Infraestructura hídrica. Comercialización agrícola. Saneamiento básico.*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A reforma agrária no Brasil configura-se historicamente como um instrumento primordial de redistribuição de terras, promoção da justiça social e fortalecimento da agricultura familiar. A criação de Projetos de Assentamento (PAs) visa não apenas desconcentrar a estrutura fundiária, mas também fixar o homem no campo sob condições dignas de sobrevivência, fomentando sistemas produtivos sustentáveis e garantindo a soberania alimentar das famílias beneficiadas. No entanto, a obtenção da terra representa apenas a fase inicial do processo de consolidação camponesa; a emancipação e a viabilidade socioeconômica desses territórios dependem intimamente do acesso a políticas públicas complementares, que abrangem saneamento básico, habitação, recursos hídricos, assistência técnica e extensão rural (ATER), bem como canais eficientes de comercialização (FERNANDES, 2000; MARTINS, 1995).

No estado de Mato Grosso do Sul, cuja dinâmica territorial e econômica é historicamente marcada pela hegemonia do agronegócio exportador e pela pecuária extensiva, os assentamentos rurais enfrentam o desafio contínuo de estruturar modelos de produção diversificados e autônomos (FREITAS; COELHO, 2018).

Em municípios como Bandeirantes (MS), comunidades e assentamentos de reforma agrária — a exemplo da comunidade Matão — desempenham papel crucial no abastecimento local e na manutenção do tecido social rural. Todavia, esses espaços frequentemente compartilham vulnerabilidades típicas do meio rural brasileiro, como a descontinuidade do apoio estatal pós-emancipação e a carência de investimentos estruturantes (BIZERRA; FERNANDES, 2015). Entre os principais entraves ao pleno desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais destacam-se a precariedade do saneamento e a instabilidade hídrica.

A insuficiência de infraestrutura de destinação de dejetos aliada à intermitência no fornecimento de água compromete tanto a saúde pública e a qualidade de vida das famílias quanto a capacidade produtiva dos lotes, impondo barreiras severas à irrigação de lavouras e hortaliças. Paralelamente, no âmbito produtivo e mercadológico, observa-se com frequência a dificuldade de inserção dos pequenos produtores em circuitos formais e institucionais de comercialização (como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE), resultando na dependência de intermediários ("atravessadores") e agroindústrias que capturam grande parte do valor agregado (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Diante desse contexto, o diagnóstico multidimensional dos estabelecimentos rurais torna-se indispensável. Compreender o perfil sociodemográfico, as condições de infraestrutura e habitação, os padrões de uso da terra e as rotas de geração de renda permite subsidiar a formulação de intervenções assertivas e personalizadas por parte do poder público e de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

instituições extensionistas. O objetivo do trabalho foi analisar as características socioeconômicas, a infraestrutura básica, o uso do solo e as dinâmicas de produção e comercialização das unidades familiares na comunidade Matão, localizada no município de Bandeirantes (MS), visando identificar potencialidades e gargalos estruturais ao desenvolvimento rural sustentável local.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi aplicada aos membros das famílias proprietárias da comunidade Matão, localizada no município de Bandeirantes, no estado de Mato Grosso do Sul. Adotou-se um estudo de caso, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado, aplicado em campo. A amostra foi composta por 20 participantes, selecionados por amostragem por conveniência, considerando a acessibilidade e a disponibilidade dos respondentes no momento da coleta. Esse tipo de amostragem é caracterizado pela escolha dos elementos com base na facilidade de acesso, não envolvendo procedimentos probabilísticos (GIL, 2008).

O questionário foi elaborado com o propósito de captar informações essenciais sobre as situações socioeconômicas e escolaridade das famílias proprietárias de pequenas propriedades rurais e suas práticas. Ele foi composto por perguntas organizadas em diferentes blocos temáticos.

A pesquisa foi conduzida respeitando todas as normas éticas aplicáveis aos estudos envolvendo seres humanos. Antes da coleta, os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos e os procedimentos envolvidos, tendo o projeto sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Parecer nº 7.392.854 (CAAE 85147624.1.0000.0199).

Critérios de inclusão e exclusão: A pesquisa considerou como participantes os moradores efetivos da comunidade que desempenham atividades de agricultura familiar. Como critério de exclusão, adotou-se o não enquadramento como produtor rural da comunidade, sendo os participantes incluídos independentemente de sua condição, gênero, cor ou crença. Essa população foi escolhida devido ao seu papel fundamental na agricultura familiar nesta comunidade.

Riscos para o participante da pesquisa: Os participantes desse estudo tinham riscos mínimos, como possível cansaço ou fadiga. Ressalta-se que a pesquisa foi feita mediante a anuência do interessado e de seus responsáveis quando menores de idade a partir dos documentos do Termo de consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. O participante não teve necessidade de identificar-se nominalmente, os dados

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

foram coletados com o máximo de sigilo e, além disso, os participantes tiveram a possibilidade de retirar a sua participação da pesquisa a qualquer momento sem ônus para ambas as partes.

Benefício para o participante da pesquisa: Essa pesquisa trouxe à luz a socioeconomia da comunidade e a perspectiva de sucessão familiar e a valorização da educação nestas propriedades. Esses dados podem ser norteadores para futuras políticas públicas, o que possivelmente os auxiliarão na melhoria da produtividade nas suas ocupações laborais e de seus familiares.

Instrumentos e análise dos dados: O questionário foi elaborado com perguntas fechadas e com o propósito de captar informações essenciais sobre as famílias proprietárias de pequenas propriedades rurais e suas práticas. Como instrumento para o levantamento de dados empíricos, foi elaborado e aplicado um formulário/questionário estruturado composto por 34 questões (fechadas, de múltipla escolha e tabelas mistas com campos quantitativos).

O instrumento foi organizado em quatro blocos temáticos integrados: Dados Sociodemográficos e Pessoais: Caracteriza os responsáveis e residentes da parcela quanto a gênero, faixa etária, grau de escolaridade e número de dependentes por núcleo familiar. Infraestrutura Básica, Habitação e Recursos Produtivos: Investiga as condições de moradia (material construtivo, cômodos, fontes de financiamento como recursos próprios ou INCRA e nível de satisfação); acesso a serviços essenciais e saneamento (eletrificação, fonte, frequência e tratamento da água para consumo e dessedentação animal, tipo de esgotamento sanitário); vias de acesso e cercamento do lote; bem como benfeitorias rurais (currais, galpões, represas), maquinários/implementos disponíveis, divisão do uso do solo (pastagens, lavouras anuais/permanentes, áreas de preservação) e acesso a linhas de crédito rural (Apoio Inicial, Fomento, Crédito Habitação e Pronaf). Trabalho, Dinâmica Produtiva e Renda: Mapeia a composição e o montante da renda familiar bruta mensal, discriminando as fontes por gênero e pluriatividade (produção agropecuária, serviços locais, comércio, trabalho externo, aposentadorias/pensões e programas sociais). Examina também a organização do trabalho (individual ou coletivo), o perfil do consumo familiar (autoconsumo/segurança alimentar), o volume e receitas obtidas por produto agrícola e pecuário, o inventário do rebanho e os canais de comercialização utilizados (agroindústrias, intermediários/"atravessadores", feiras, venda direta e programas institucionais), além da inserção em associações e cooperativas. Saúde, Alimentação e Lazer: Avalia a rotina alimentar das famílias (número de refeições diárias e grupos de alimentos consumidos) e hábitos de recreação e prática de atividades físicas dos moradores. Após a coleta, os dados foram organizados e analisados de forma quantitativa e qualitativa.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A partir do questionário, foi realizada a tabulação dos dados, e o tratamento das informações foi realizado por meio de estatística descritiva.

Nas pequenas propriedades rurais, a decisão de permanecer ou migrar está inicialmente vinculada à satisfação das necessidades fisiológicas e de segurança, como renda estável, acesso a serviços públicos, infraestrutura e condições dignas de trabalho. A precariedade desses elementos contribui significativamente para o êxodo rural, uma vez que o espaço urbano passa a ser percebido como mais promissor em termos de estabilidade e mobilidade social (ABRAMOVAY, 1999). No entanto, a permanência no campo não se sustenta apenas na dimensão material, pois, à medida que essas necessidades são parcialmente atendidas, emergem demandas relacionadas ao pertencimento e ao reconhecimento social.

Nesse sentido, a sucessão de terras está profundamente relacionada à construção de vínculos simbólicos com o território. Jovens que não se sentem pertencentes ao espaço rural ou que percebem a atividade agrícola como socialmente desvalorizada tendem a romper com a continuidade da tradição familiar. Essa dimensão simbólica pode ser compreendida a partir das contribuições de Bourdieu (2007), ao evidenciar que a permanência no campo também depende do capital simbólico associado à identidade camponesa. Quando o campo é percebido como espaço de atraso, há uma desmotivação estrutural; por outro lado, quando é ressignificado como espaço de produção de conhecimento, cultura e inovação, fortalece-se o desejo de continuidade. De acordo com Wanderley (2009) a sucessão de terras deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, no qual a motivação dos jovens é influenciada tanto por condições objetivas quanto por elementos subjetivos e identitários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização sociodemográfica dos responsáveis na comunidade Matão revelou um predomínio expressivo do gênero masculino, representando 79,2% dos respondentes, enquanto o público feminino correspondeu a 20,8%, não havendo registros na opção "prefiro não declarar" (Figura 1b). Em relação à composição familiar e dependência financeira, observou-se que a maioria dos lares possui dependentes: 33,3% dos responsáveis declararam ter um dependente, 29,2% possuem dois e 20,8% contam com três dependentes sob seus cuidados (Figura 1a). Apenas 25,0% dos entrevistados informaram não possuir dependentes, e não foram relatados casos com quatro ou cinco dependentes (Figura 1a).

A predominância masculina como titular e porta-voz da unidade produtiva reflete a estrutura patriarcal historicamente consolidada no meio rural brasileiro, na qual a figura

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

masculina permanece institucionalizada como o "chefe de família" e interlocutor primário nas relações externas e burocráticas (instituições financeiras, cooperativas e órgãos de assistência técnica), corroborando os trabalhos de Brumer (2004) e Paulilo (2007), que destacam a invisibilidade do trabalho feminino e o predomínio do homem na titularidade dos lotes e as assimetrias de poder nas decisões produtivas e a divisão sexual do trabalho doméstico/produtivo. Contudo, a presença de 20,8% de mulheres titulares (Figura 1b) evidencia avanços resultantes de normativas institucionais (como as diretrizes de titulação conjunta e preferencial da mulher estabelecidas pelo INCRA), embora o percentual ainda aponte para a necessidade de fortalecimento de políticas públicas com foco em equidade de gênero no campo.

A estrutura de dependência familiar (Figura 1a) denota núcleos familiares predominantemente nucleares e consolidados, onde a mão de obra familiar é a base primordial da unidade de produção camponesa. Este dado reforça a relação entre o número de dependentes/consumidores e a força de trabalho que determina a intensidade produtiva da família, conforme constatado por Chayanov (1981). A presença de 1 a 3 dependentes em mais de 80% dos lotes evidencia, simultaneamente, a disponibilidade potencial de força de trabalho para a lida diária e a constante pressão reprodutiva sobre a renda gerada, demandando fluxos regulares de capital para o atendimento das necessidades básicas de alimentação, saúde e educação.

Quanto ao nível de escolaridade dos moradores (Figura 2), destaca-se a concentração nos níveis intermediários de ensino. A maior parcela completou o ensino médio (29,2%), seguida por aqueles com ensino médio incompleto (25,0%) e ensino superior incompleto (20,8%). No ensino fundamental, 12,5% concluíram essa etapa e 8,3% cursaram do 5º ao 9º ano. Apenas 4,2% dos respondentes possuem ensino superior completo, não tendo sido registrados participantes não alfabetizados ou com pós-graduação (incompleta ou completa) (Figura 2).

Os dados educacionais revelam um panorama favorável e diferenciado em relação à média histórica observada no campo brasileiro, historicamente marcada pelo analfabetismo e pela baixa instrução. A inexistência de analfabetismo estrito e a presença de mais da metade dos entrevistados com ensino médio (completo ou incompleto) refletem a expansão do acesso à educação básica nas últimas décadas e a proximidade relativa do município de Bandeirantes com centros regionais de formação. Segundo Caldart (2004), a educação desempenha papel importante na formação e no fortalecimento do homem do campo.

Essa escolaridade mediana a elevada para os padrões rurais constitui um ativo estratégico para a modernização produtiva. O nível instrucional facilita a apropriação e a decodificação de inovações tecnológicas, a gestão contábil-financeira dos lotes, a interação com

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER) e a capacidade organizativa formal (como cooperativas e associações). Abramovay (2007) discute o capital humano no meio rural, enfatizando como a escolaridade influencia na capacidade de inovação e interlocução dos agricultores com instituições externas. Por outro lado, os 20,8% com ensino superior incompleto retratam fenômenos contemporâneos no campo, como a interrupção precoce dos estudos em razão dos custos de deslocamento urbano, a necessidade premente de inserção no trabalho produtivo do lote ou a carência de cursos superiores voltados especificamente à realidade agrária local.

Os aspectos estruturais e de saneamento das propriedades foram analisados na Figura 3. No que tange aos recursos utilizados para a aquisição/implantação dos lotes, 43% dos respondentes utilizaram recursos próprios, 32% combinaram recursos próprios e do INCRA, 18% recorreram unicamente a recursos do INCRA, enquanto 7% não declararam a fonte (Figura 3a). A respeito do saneamento e destinação de efluentes, constatou-se uma deficiência no sistema de tratamento: a expressiva maioria (83%) utiliza fossa séptica incompleta, ao passo que apenas 13% dispõem de fossa séptica completa e 4% de fossa privada (Figura 3b). O abastecimento de água emergiu como um ponto crítico para a comunidade: 67% dos participantes relataram que a falta de água ocorre com frequência e 25% afirmaram faltar às vezes (Figura 3c). Apenas 8% relataram ter água de forma contínua no lote (Figura 3c). Em relação à tipologia construtiva das habitações, prevaleceram as edificações em alvenaria (63%), seguidas por estruturas mistas de alvenaria e madeira (29%) e, em menor escala, residências exclusivamente de madeira (8%) (Figura 3d).

A predominância de habitações em alvenaria e mistas (92% somadas) atesta o grau de fixação e estabilização das famílias na terra, superando o estágio transitório de acampamento ou moradias provisórias. No entanto, a alta taxa de investimento próprio sugere que as linhas de crédito habitacional institucionalizadas foram insuficientes ou chegaram com defasagem, exigindo descapitalização das próprias famílias para garantir moradia digna. Estes dados reforçam os encontrados por Heller (2019), que verificou a ausência de água tratada no meio rural.

O quadro sanitário e hídrico expõe vulnerabilidades estruturais severas. A prevalência de fossas sépticas incompletas (83%) configura risco contínuo de contaminação microbiológica do lençol freático superficial. Esse fator torna-se crítico quando cruzado com o dado de que 92% das famílias enfrentam escassez de água frequente ou esporádica. A precariedade no acesso à água não apenas compromete a segurança sanitária dos lares, mas opera como um gargalo limitante à diversificação produtiva (horticultura, irrigação e dessedentação de rebanhos em

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

períodos de estiagem), exigindo obras estruturantes de poços artesianos e redes de distribuição comunitária por parte do poder público (FUNASA, 2019).

A distribuição das áreas produtivas dos lotes evidenciou uma vocação predominantemente pecuária: a pastagem ocupou a maior média de área por lote (pouco superior a 5,0 ha), superando amplamente as áreas destinadas a lavouras anuais (cerca de 1,5 ha), reservas legais/APPs e pequenas frações dedicadas a pomar caseiro e olerícolas/condimentares (Figura 4). Essa organização reflete-se na infraestrutura das propriedades, com predomínio de galinheiros (mais de 70%), mangueiros/currais (~60%) e chiqueiros (~55%), enquanto galpões e estruturas para cultos religiosos ou comércio foram menos frequentes (Figura 4). A organização do trabalho e da produção é exercida majoritariamente de forma individual (mais de 45% afirmaram produzir a maior parte de forma individual e cerca de 25% exclusivamente de forma individual), em contraste com iniciativas coletivas (Figura 4). No âmbito financeiro, a venda de produtos do lote representou a principal fonte geradora de recursos, mencionada por quase 100% dos lares, complementada por aposentadorias/pensões (~65%) e trabalhos esporádicos/bicos (~55%) (Figura 4). A distribuição da renda familiar bruta situou-se concentrada entre faixas intermediárias, tendo como classes de maior destaque as faixas de R$ 4.000,00 a R$ 5.000,00 (~33%) e de R$ 3.000,00 a R$ 4.000,00 (~29%) (Figura 4).

O uso da terra reflete o modelo de especialização pecuária dominante no bioma Cerrado sul-mato-grossense, no qual a pastagem e as instalações para animais (currais e galinheiros) viabilizam atividades menos intensivas em mão de obra no dia a dia. A reduzida proporção de lavouras e hortas comerciais aponta para um subaproveitamento do potencial agrícola do lote, influenciado diretamente pelas limitações hídricas constatadas anteriormente. Malvezzi (2007) e Bitoun et al. (2014) destacam a água não apenas como insumo de subsistência, mas como elemento condicionante para a fixação do homem na terra e viabilidade produtiva.

A expressiva individualização da produção revela fragilidade no cooperativismo e no trabalho associativo, o que enfraquece o poder de barganha dos produtores na compra de insumos e na comercialização. Em termos socioeconômicos, a constatação de rendas familiares majoritariamente entre R$ 3.000,00 e R$ 5.000,00 demonstra que os lotes asseguram uma renda estável acima da linha de pobreza. Contudo, a simultânea dependência de rendas transferidas (aposentadorias em ~65%) e do trabalho assalariado externo temporário (pluriatividade em ~55%) indica que a atividade agropecuária nos lotes não atinge a autossuficiência financeira plena para a totalidade das famílias, sendo complementada por mecanismos de segurança social e diversificação de fontes de renda externa. Schneider (2003) e Silva (1999) aprofundaram o

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

conceito de *pluriatividade* no Brasil — quando a família combina renda do lote, aposentadorias rurais e trabalhos temporários/"bicos". Delgado (2010) faz referência ao impacto das aposentadorias rurais e da previdência social na sustentabilidade econômica e redução da pobreza das famílias assentadas.

A dinâmica produtiva detalhada na Figura 5 evidenciou que a mandioca e a carne bovina constituem os pilares do consumo próprio, relatados por mais de 60% dos participantes, seguidos por milho (~33%), hortaliças (~24%), aves (~20%) e feijão (~8%) (Figura 5a). Por outro lado, quando avaliada a produção destinada à comercialização sob a ótica do retorno financeiro (Figura 5b), a pecuária leiteira e de corte lideram com larga vantagem: leite e derivados atingiram os maiores patamares médios de receita (próximos a R$ 20.000,00), acompanhados pelo gado de corte (aproximadamente R$ 14.000,00). A produção vegetal comercializada com destaque foi a mandioca (cerca de R$ 3.500,00), com participações menores de aves e ovos (Figura 5b).

Quanto aos canais de comercialização utilizados (Figura 5c), sobressaíram a venda direta para indústrias e/ou agroindústrias (mais de 80%) e a negociação com intermediários ("atravessadores", superior a 60%). Canais alternativos, como venda direta na propriedade, feiras livres e comércio local apresentaram taxas menores (variando entre 8% e 15%), sem registros significativos de vendas para entidades públicas (PNAE/PAA) (Figura 5c).

A dinâmica de produção e comercialização retrata a clássica dicotomia entre produção para subsistência/autoconsumo e produção voltada para a geração de caixa da agricultura familiar camponesa. Mandioca e carne bovina garantem a soberania alimentar da casa, reduzindo a necessidade de dispêndio financeiro com alimentação em supermercados. Silva et al. (2017) e Bourlegat (2000) fazem referência ao modelo de pecuarização dos pequenos produtores em biomas do Centro-Oeste, onde a pastagem se sobrepõe às lavouras pela escassez de maquinário e mão de obra.

No âmbito mercantil, a bovinocultura (leite e corte) consolida-se como o motor econômico da comunidade. O leite desempenha um papel de fluxo de caixa mensal contínuo, enquanto a venda de bezerros e vacas de descarte opera como "poupança líquida", mobilizada para investimentos sazonais ou emergências financeiras. Schneider e Gazolla (2017) comentam que os mercados da agricultura familiar dependem de cadeias agroindustriais longas.

Entretanto, o padrão de escoamento da produção evidencia vulnerabilidade de mercado: o canal com agroindústrias (laticínios locais e frigoríficos) e a dependência de intermediários ("atravessadores") submetem os produtores à condição de tomadores de preço, com baixa capacidade de retenção de valor agregado. Ploeg (2008) comenta que a agricultura familiar precisa de autonomia em relação aos intermediários e aos impérios alimentares/agroindústrias.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

A quase nula participação em canais institucionais (como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) e feiras livres revela uma lacuna de integração com as políticas públicas municipais e estaduais de compras governamentais, canais que poderiam remunerar melhor os produtos hortícolas e derivados da mandioca sem a intermediação predatória do atravessador. Grisa e Schneider (2015) comentam sobre a importância do PAA e do PNAE na garantia de renda, eliminação de atravessadores e incentivo à produção de alimentos locais. Cabe destacar, ainda, que a soberania alimentar, o abastecimento local e o autoconsumo na agricultura familiar são importantes para a segurança alimentar, conforme cita Maluf (2007).

Figura 1. Valores do número de dependentes dos responsáveis e gênero dos respondentes

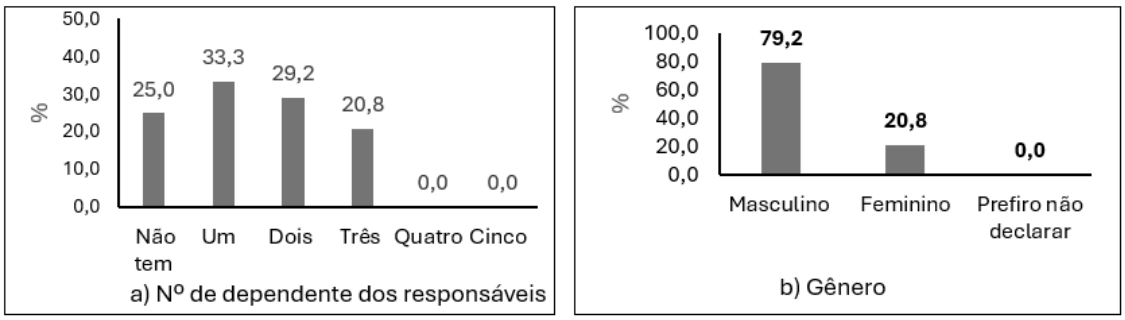
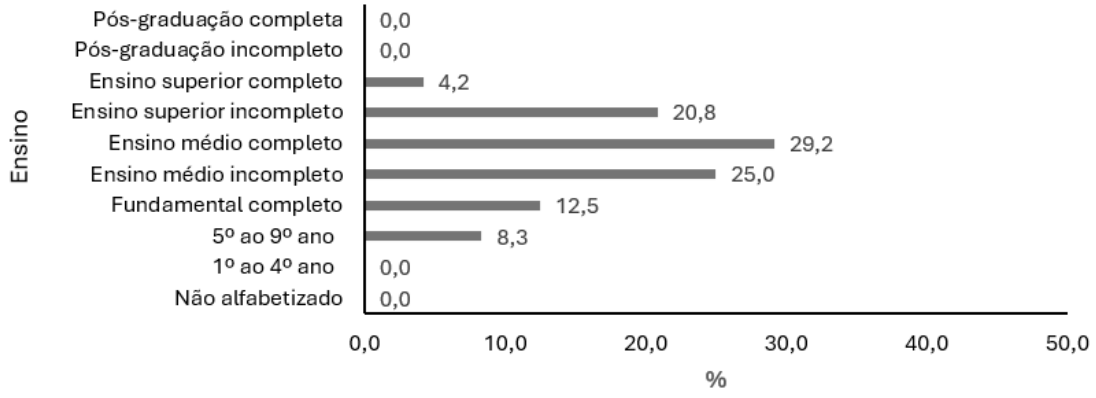
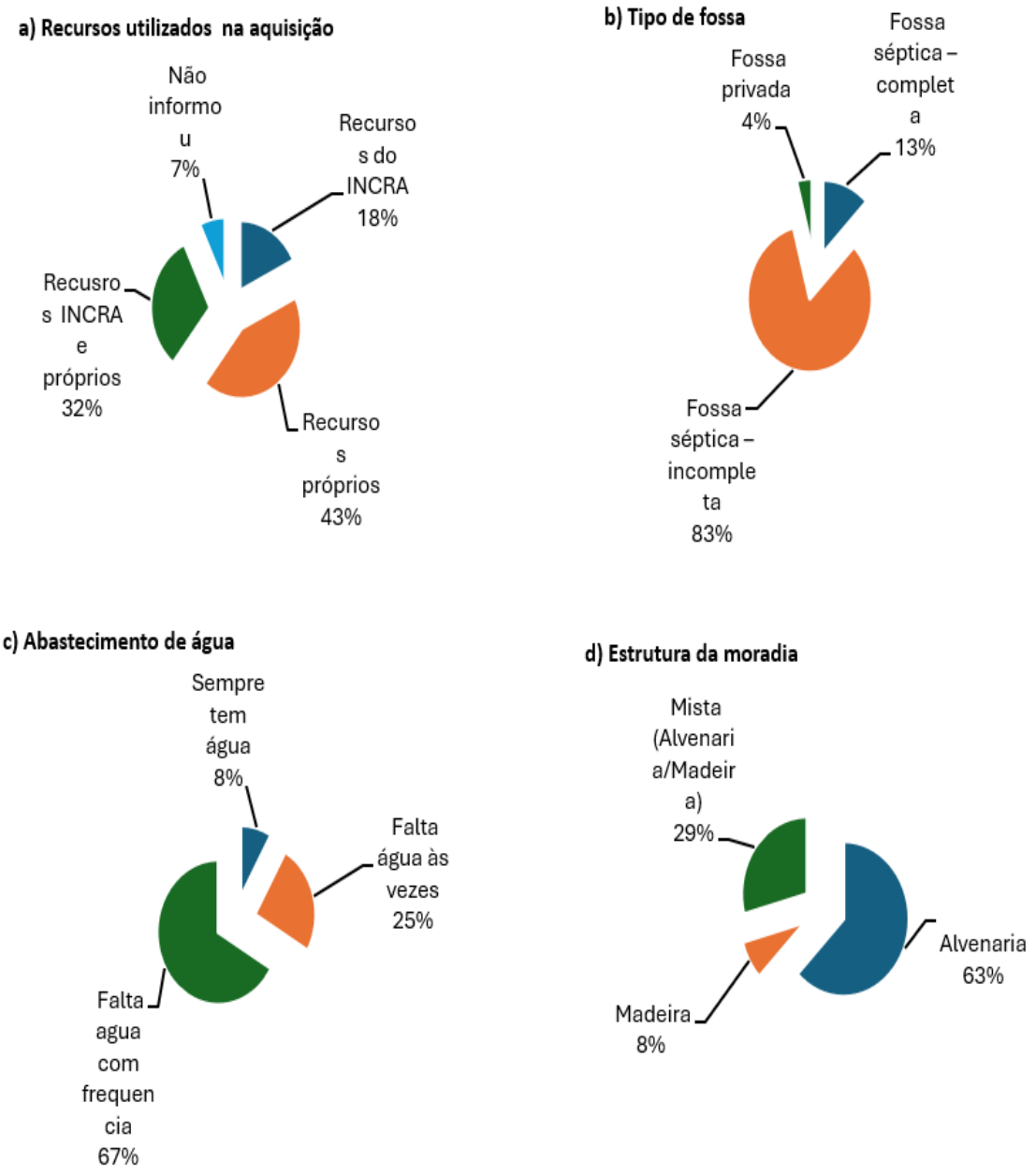


Figura 2. Valores médios do nível de escolaridade da comunidade Matão, Bandeirantes (MS)



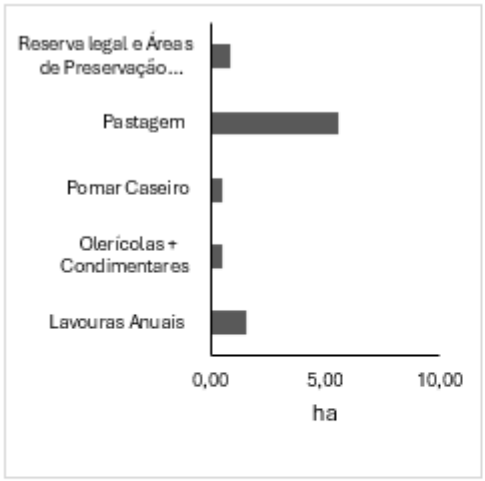
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

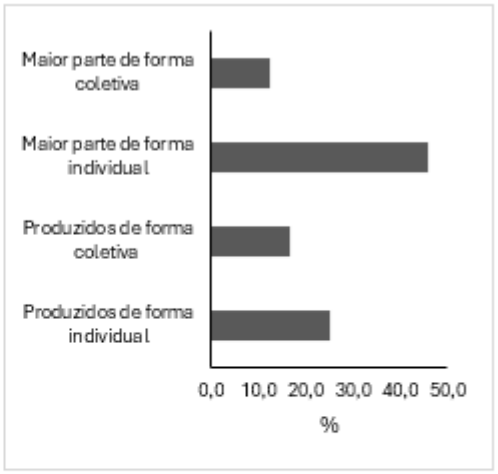
Figura 3. Valores médios da infraestrutura básica dos participantes da comunidade

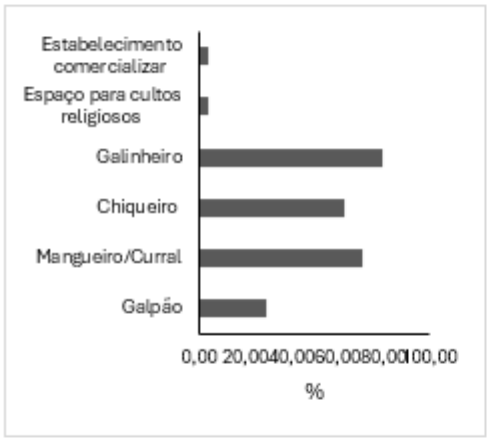


Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

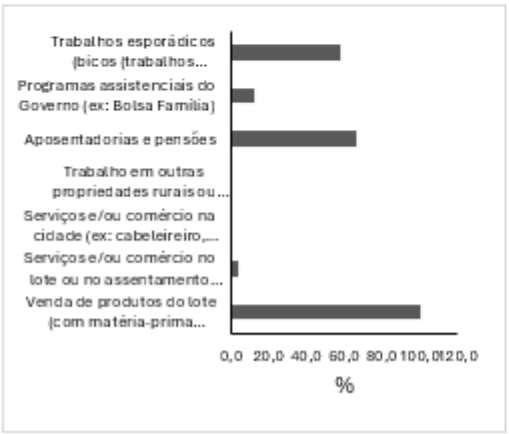
Figura 4. Valores da produção e renda da população pesquisada

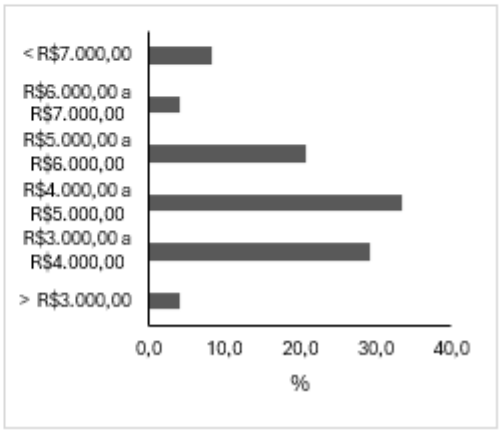






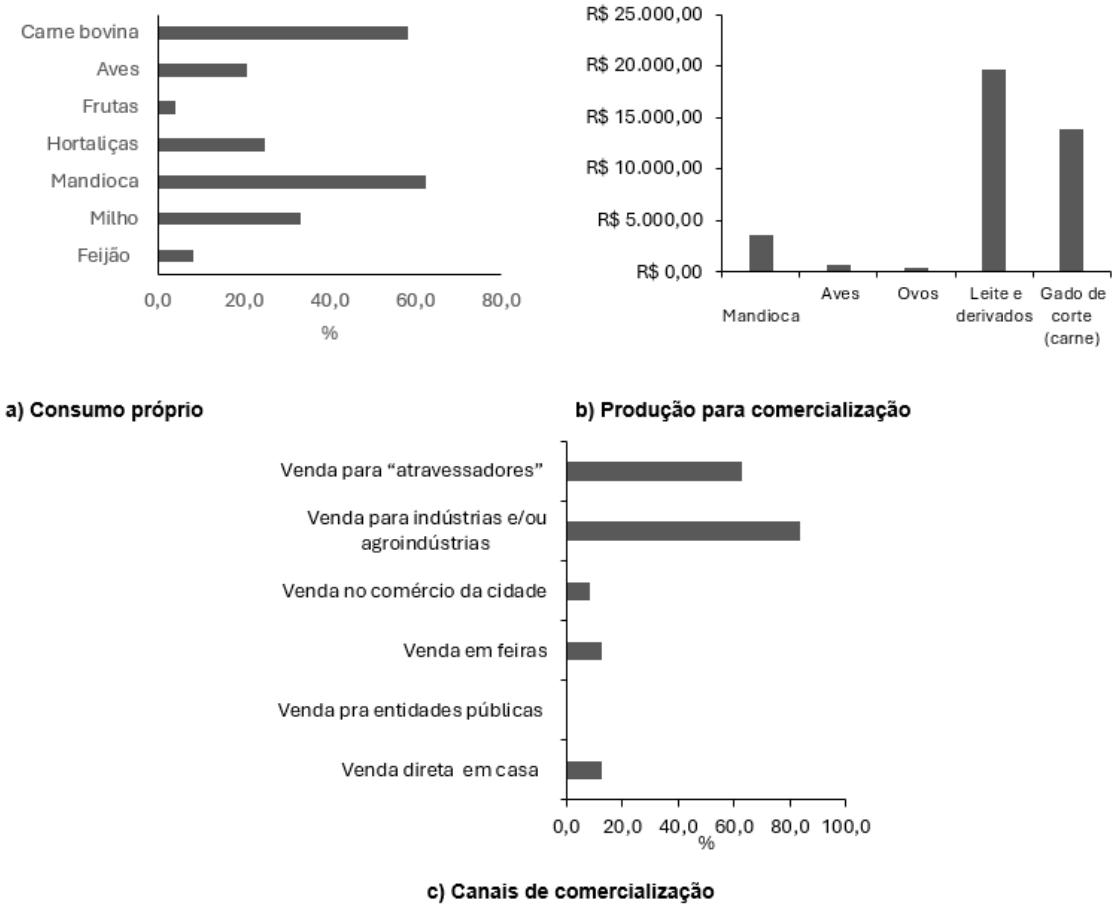






Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Figura 5. Produção para consumo próprio, receita da comercialização e canais de comercialização da comunidade Matão, Bandeirantes (MS)



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico socioeconômico, estrutural e produtivo da comunidade Matão, no município de Bandeirantes (MS), permitiu identificar um assentamento em estágio consolidado de fixação na terra, porém permeado por vulnerabilidades sanitárias e desafios de inserção mercantil. A partir da análise integrada dos dados, conclui-se que:

1. Perfil Sociodemográfico e Capital Humano: O território apresenta predomínio da titularidade masculina na gestão dos lotes, refletindo padrões tradicionais da dinâmica agrária brasileira,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ainda que com presença relevante de mulheres como gestoras. Destaca-se o nível educacional da população — com concentração no ensino médio e ausência de analfabetismo estrito —, constituindo um ativo humano estratégico para a adoção de tecnologias sustentáveis, capacitação técnica e fortalecimento da gestão contábil das unidades de produção.

2. Habitação e Saneamento Básico: A consolidação habitacional é expressiva, evidenciada pela primazia de edificações em alvenaria e mistas, viabilizadas majoritariamente por recursos próprios das famílias. Em contrapartida, a infraestrutura básica revela os gargalos mais críticos da comunidade: a ineficiência sanitária decorrente do uso generalizado de fossas rudimentares e a escassez crônica no abastecimento de água. Tais fatores comprometem a salubridade pública, ameaçam a integridade dos recursos hídricos subterrâneos e atuam como barreira limitante à diversificação agrícola irrigada.

3. Sistema Produtivo e Soberania Alimentar: O uso do solo é hegemonizado pela pastagem, estabelecendo a bovinocultura (leiteira e de corte) como o esteio financeiro primordial das famílias. Paralelamente, os cultivos alimentares tradicionais — em especial a mandioca e o milho —, associados à carne bovina e à avicultura de pequeno porte, garantem a segurança e soberania alimentar dos lares, minimizando a dependência de compras externas para subsistência.

4. Sustentabilidade Financeira e Pluriatividade: A renda familiar média situa-se em patamares estáveis de classe média-baixa rural, provinda fundamentalmente da exploração agropecuária do lote. Contudo, a necessidade de complementação por meio de aposentadorias/pensões e trabalhos temporários fora da propriedade explicita um modelo de pluriatividade indispensável para fechar o orçamento doméstico e mitigar os riscos inerentes à atividade agrícola.

5. Organização Social e Canais de Comercialização: O modelo de trabalho predominantemente individualizado reflete-se na fragilidade do tecido associativo e cooperativo local. Esse isolamento resulta em alta dependência de indústrias de transformação e da figura do intermediário ("atravessador"), restringindo as margens de lucro dos agricultores. Adicionalmente, a inexpressiva inserção em mercados institucionais (como o PAA e o PNAE) demonstra o distanciamento da comunidade das políticas públicas de fomento e compra garantida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, [S. l.], v. 28/29, n. 1-3, p. 1-21, 1999.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

BITOUN, J.; LYRA, M. R. F. A.; BORBA, R. B. S. Acesso à água e condições de saneamento em comunidades rurais vulneráveis: desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 169-185, 2014.

BIZERRA, F. L.; FERNANDES, B. M. A espacialização dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul: territorialização e contradições. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 28, p. 74-95, 2015.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURLEGAT, C. A. L. **O espaço rural no contexto da modernização**: a pecuarização e a reestruturação territorial em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UCDB, 2000.

BRUMER, A. O gênero da agricultura familiar: mulheres e trabalho na produção familiar do Sul do Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, p. 205-228, 2004.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHAYANOV, A. V. A teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 107-160.

DELGADO, G. C. Previdência rural e desenvolvimento sustentável: balanço e perspectivas. *In*: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. C. P. (org.). **Situação social brasileira**: novos caminhos e velhos dilemas. Brasília: IPEA, 2010. p. 115-138.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, A. A. R.; COELHO, F. Assentamentos rurais e desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: dilemas e perspectivas da emancipação. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 575-591, 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Programa Nacional de Saneamento Rural - PNSR**: documento conceitual e estratégico. Brasília: Funasa, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HELLER, L. Saneamento e saúde em áreas rurais do Brasil: um panorama crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1255-1264, 2019.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.
MALVEZZI, R. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas do passado e a situação atual. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

PAULILO, M. I. O trabalho familiar na agricultura: uma questão de gênero. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 232-241, 2007.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores dos mercados da agricultura familiar**: cooperativas, mediadores e redes sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SILVA, C. A.; SILVA, R. P.; MARQUES, H. R. Sistemas de produção e sustentabilidade em assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul: entre a lavoura e a pecuária familiar. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 115-128, 2017.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Unicamp/IE, 1999.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 27-55, 2009.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.